



Índice

Carta do CIO	3
Introdução	6
Resultados Financeiros.....	7
Resultados Socioambientais.....	12
Um Giro pelo Trimestre.....	14
Projetos Investidos	16



Carta do CIO

Em 29 de maio, a CVM voltou atrás. Revogou a regra que tornaria obrigatória a divulgação de informações financeiras sobre clima e sustentabilidade pelas companhias abertas, e devolveu o assunto ao terreno voluntário de onde ele tinha vindo. O Brasil, que havia sido o primeiro país do mundo a tornar compulsórios os padrões internacionais de reporte, recuou. As reações vieram depressa e em dois campos previsíveis: de um lado, o alívio das empresas que reclamavam do custo; de outro, o alarme de quem enxergou ali um retrocesso.

Os dois lados discutem com energia o mesmo ponto, e tenho a impressão de que é o ponto errado. Para um investidor, a pergunta que interessa não é se a regra caiu, mas o que a queda dela revela sobre uma coisa que o mercado faz mal com norma ou sem norma: ler os impactos financeiros negativos e positivos das questões climáticas nos balanços.

Os efeitos do clima e da natureza sobre o valor de uma empresa são reais, estejam num relatório ou não. O custo de carbono que pesa sobre indústrias intensivas, o risco de uma seca sobre uma hidrelétrica, o de uma enchente sobre ativos imobiliários, a fertilidade que um solo ganha ou perde de uma safra para a outra, continua exatamente onde estava no dia 28 de maio, com ou sem divulgação. Uma norma de transparência não cria nem apaga esses fatos; no máximo, os torna visíveis. Retirar a obrigação de reportar não retira, portanto, nada da realidade econômica que estava sendo reportada. O que se perde é outra coisa, mais sutil e ainda assim importante.

O que se perde é uma chance de ensinar o mercado a enxergar aquilo que ele ainda enxerga mal. Porque existe um tipo de valor que o mercado lê com facilidade e outro que ele lê com atraso crônico, e a diferença entre os dois orienta boa parte do meu trabalho. O mercado é rápido para precificar o que uma empresa captura no presente: a margem do trimestre, o preço da safra, a ameaça de um concorrente ou novas tecnologias. É lento para precificar o que uma empresa cria ao longo do tempo, porque essa criação



acontece nos sistemas de que a empresa depende e que não cabem numa linha de balanço, tais como a qualidade do solo, a confiabilidade da energia, a saúde da água, a relação com quem trabalha, fornece, vizinha e regula. Esse valor se acumula devagar, em silêncio, e costuma aparecer no preço só quando já é tarde, ou quando alguma coisa quebra. Um relatório obrigatório, padronizado e auditado seria um instrumento imperfeito, mas real, para encurtar essa demora e ajudaria o preço a reconhecer mais cedo um valor que existe antes de ser reconhecido.

Vale insistir nesse ponto, porque ele é menos óbvio do que parece. Uma empresa pode capturar muito valor por um tempo justamente enquanto corrói o sistema que a sustenta: espremendo um fornecedor, exaurindo um solo, adiando o investimento que o regulador um dia vai cobrar. Os números ficam ótimos, o mercado aplaude a disciplina, até que o sistema reage e o que parecia eficiência se revela uma dívida contraída com o futuro.

O contrário também é verdadeiro, e é nele que mora a oportunidade. Quando uma empresa investe em devolver um sistema ao equilíbrio (moderniza uma frota para queimar menos combustível, recupera uma bacia que abastece a sua operação, reduz a dependência de um insumo importado e volátil, estabiliza a relação com uma comunidade ou uma cadeia de fornecedores), ela quase sempre melhora a própria economia antes de qualquer reconhecimento de fora: produz a um custo menor, oscila menos, acessa capital e clientes mais exigentes.

Fluxos de caixa mais estáveis pedem uma taxa de desconto menor. Um ativo físico bem cuidado se desgasta menos e vale mais. Uma margem que depende menos de insumos voláteis é uma margem mais defensável. Nada disso é filantropia disfarçada. É a aritmética de quem entendeu que a saúde do sistema e o valor da empresa são, no fim, a mesma conta.

É por isso que a decisão da CVM, que parece assunto de compliance, é na verdade assunto de retorno. Se o mercado já demorava a ler esse valor, e se o instrumento que poderia tê-lo ajudado a ler mais rápido acaba de ser engavetado, então a distância entre o valor que se cria e o valor que se precifica não vai se fechar tão cedo. E o que não se fecha sozinho deixa de ser uma anomalia passageira para virar uma característica



permanente do mercado. Para a maioria dos investidores, isso é um problema, porque significa que o preço vai continuar errando. Para quem se dispõe a fazer o trabalho de ler os sistemas diretamente, em vez de esperar que o preço os leia, é o contrário: é a matéria-prima do retorno. A diferença entre o que uma empresa entrega e o que o mercado enxerga não é um defeito a lamentar. É, para quem chega antes, retorno esperado.

A objeção honesta a esse raciocínio precisa ser encarada de frente: um valor que o mercado nunca aprende a precificar pode ser real e, ainda assim, ficar preso para sempre: no jargão de mercado, um *value trap*. A resposta não está em fingir que o risco não existe, e sim em onde se procura o valor. Quando a melhora do sistema vira dinheiro no caixa da empresa, o retorno se realiza na operação, antes e independentemente de o mercado mudar de ideia. O reconhecimento do mercado, se vier, é bônus, não é a tese. A tese frágil é a que precisa que o mercado concorde; a tese sólida cria valor mesmo que ele nunca concorde. É essa que procuro, e é por isso que a régua de transparência recuar me preocupa como cidadão e quase não me move como investidor.

O mercado já aprendeu a ter medo do clima. O que ele ainda não aprendeu é a enxergar o valor que a transição cria: aquele que se forma devagar na operação, no contrato e na confiança, e que ele insiste em tratar como se fosse só mais um ciclo natural.

A decisão da CVM adiou um pouco mais essa lição. Para quem precifica o próximo trimestre, é uma notícia menor. Para quem investe em sistemas que precisam voltar ao equilíbrio, é a confirmação de que a diferença entre o que se cria e o que se vê vai continuar aberta por um bom tempo. Um mercado que não é ensinado a enxergar essa diferença não a faz desaparecer. Apenas a deixa, por mais tempo, para quem já aprendeu a enxergá-la sozinho.



Introdução

No segundo trimestre de 2026, o FamaGaia Sociobioeconomia FIDC concentrou sua atuação em três frentes: a integração de uma nova estrutura de diligência para futuras transações e monitoramento do portfólio, a aceleração da construção de pipeline sob essa estrutura revisada e a condução ativa dos processos de renegociação do portfólio.

Não houve novos desembolsos no período, em linha com a agenda mais estratégica de originação iniciada no trimestre anterior. O período foi dedicado a adicionar novas camadas às análises de impacto e financeiras executadas pelo Fundo, incorporando os aprendizados recentes do portfólio. Ao mesmo tempo, a originação avançou em ritmo acelerado, com mais de 30 projetos em pipeline e expectativa de retomada dos desembolsos já no próximo trimestre.

No portfólio, o período registrou avanços concretos nas renegociações em curso, com pagamentos recebidos de operações renegociadas em trimestres anteriores e novos processos de renegociação em operações selecionadas, decorrentes de fatores climáticos, operacionais e regulatórios. Como abordado na carta do CIO, esses riscos são inerentes a qualquer cadeia produtiva. Cabe ao Fundo estruturar e adaptar o crédito de forma responsável, reconhecendo as especificidades desses tomadores, sem perder de vista a preservação de valor, retorno e impacto no longo prazo.

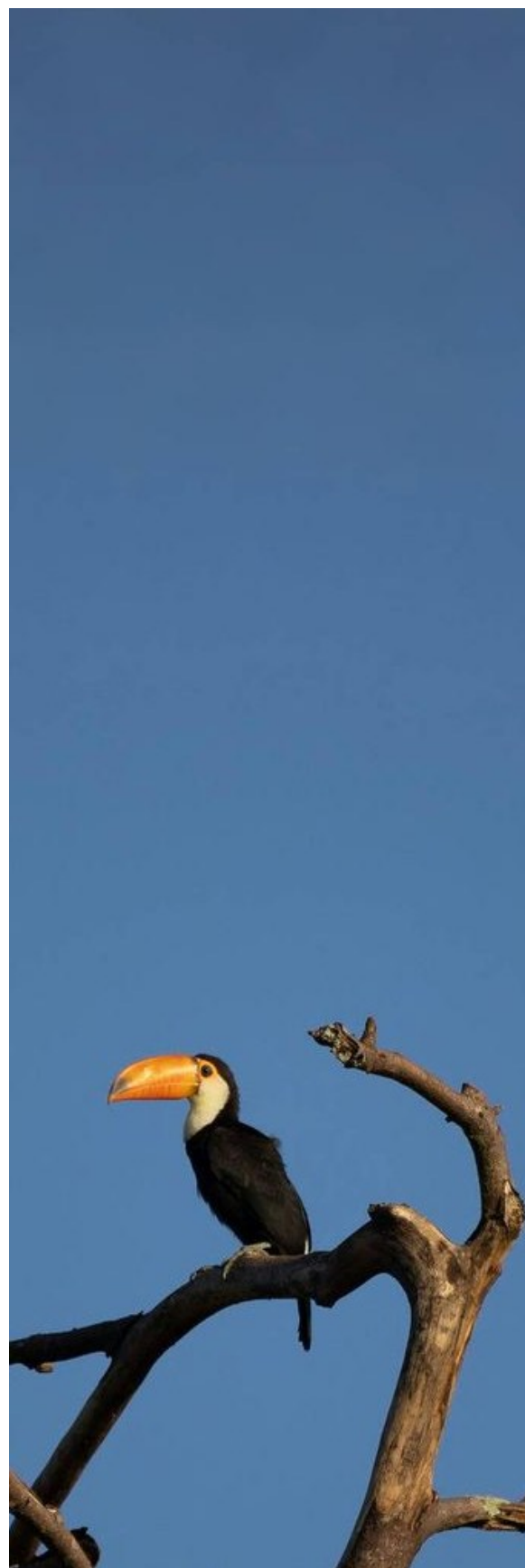
Ao longo deste relatório, apresentam-se os resultados financeiros e socioambientais do Fundo no período, o detalhamento da carteira e as respectivas renegociações conduzidas, a evolução da estrutura de originação e gestão, um panorama do trimestre e, por fim, os projetos que compõem o portfólio.



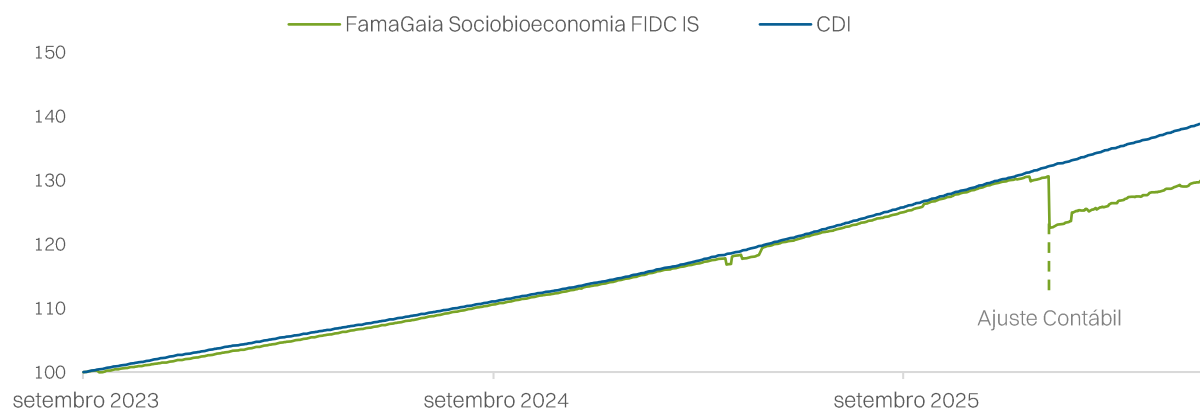
Resultados Financeiros

No trimestre, o Fundo apresentou retorno de 3,68%, contra 3,32% do CDI no mesmo período, diferença de 0,36 p.p. a favor do Fundo. Nos últimos doze meses, o retorno acumulado foi de 8,22%, contra 14,78% do CDI, diferença negativa de 6,56 p.p.

A diferença negativa nas janelas mais longas decorre, em sua quase totalidade, de um evento pontual e não recorrente já reportado no primeiro trimestre: a transição da metodologia de marcação dos ativos do Fundo, de marcação na curva para marcação a mercado, conduzida pela administradora e comunicada em fato relevante publicado em 11 de fevereiro de 2026. O ajuste teve impacto negativo de 6,14% sobre o patrimônio líquido, reconhecido integralmente no primeiro trimestre de 2026. É esse o efeito identificado como “ajuste contábil” no gráfico abaixo.



Evolução da cota vs. CDI



Rentabilidade e comparativo com o CDI

	Cota	CDI	Cota vs. CDI
Trimestre	3,68%	3,32%	+0,36 p.p.
No ano	0,71%	6,85%	-6,14 p.p.
Últimos 12 meses	8,22%	14,78%	-6,56 p.p.

Retornos nominais no trimestre, no ano e nos últimos doze meses encerrados em 30 de junho de 2026.

Para refletir com mais precisão a situação da carteira, o Fundo passa a classificar as operações em três categorias distintas. São consideradas adimplentes as operações em dia. São renegociadas adimplentes aquelas cujo cronograma foi repactuado e vem sendo cumprido; a repactuação pode ocorrer antes do vencimento e não constitui, por si só, inadimplência. São inadimplentes as operações com parcela vencida e não liquidada, inclusive aquelas que, após renegociação anterior, voltaram a apresentar atraso. A existência de parcelas vencidas, contudo, não significa necessariamente que a operação permanecerá inadimplente, uma vez que os valores podem ser pagos em atraso ou ser objeto de negociação e eventual repactuação, preservando as premissas de rentabilidade previstas na concessão do empréstimo, ajustada por multas e juros respectivos.



Em 30 de junho de 2026, 55% do patrimônio líquido estava alocado em operações adimplentes e 2% em operação renegociada adimplente, referente à Coasafrá. As operações inadimplentes representavam 25% do patrimônio líquido e o caixa, 18%. Todas as operações inadimplentes encontram-se em processo de renegociação.

Quanto ao tempo de atraso, 24% do patrimônio líquido corresponde a posições vencidas há até 30 dias, concentradas em três operações com vencimento em junho de 2026: Matrunita, vencida em 30 de junho e, portanto, sem dias de atraso na data-base; COOPEMAPI, com 12 dias; e Comaru, com 8 dias. O 1% restante refere-se a duas parcelas da Amazonbai, vencidas em fevereiro e março de 2026, na faixa de 90 a 180 dias. Em razão dos atrasos serem inferiores a 30 dias e da expectativa de regularização, as inadimplências não impactaram o resultado da carteira no período.

Análise da Carteira

Composição do patrimônio líquido por situação de crédito			Carteira vencida por faixa de atraso		
Situação	Valor (R\$)	% do PL	Faixa de atraso	Valor (R\$)	% do PL
Adimplente	4.980.7245	55%	Até 30 dias	2.157.717	24%
Renegociada adimplente	144.112	2%	De 30 a 60 dias	-	0%
Inadimplente*	2.268.882	25%	De 60 a 90 dias	-	0%
Caixa	1.596.737	18%	De 90 a 180 dias	111.165	1%
Outro	3.864	0%	Acima de 180 dias	-	0%
Total	8.994.320	100%			

* Em renegociação

Posições em 30 de junho de 2026. Percentuais calculados sobre o patrimônio líquido do Fundo.

Posições em 30 de junho de 2026. Percentuais calculados sobre o patrimônio líquido do Fundo.

Em abril, a Coasafrá realizou o pagamento da primeira parcela do cronograma renegociado no trimestre anterior. A operação segue classificada como renegociada adimplente.



A Amazonbai, cuja operação foi objeto de terceiro aditamento contratual no quarto trimestre de 2025, efetuou em abril o pagamento de uma parcela adicional, mas permanece com duas parcelas vencidas, referentes a fevereiro e março de 2026. A gestão mantém conversas recorrentes de acompanhamento e a cooperativa vem avançando no desenvolvimento comercial de seus negócios, com o objetivo de assegurar a capacidade de pagamento das parcelas vencidas neste semestre.

A Comaru, que havia renegociado sua operação no quarto trimestre de 2025, não realizou o pagamento da parcela na data prevista, em decorrência de atrasos em seus recebimentos comerciais. A cooperativa sinalizou o pagamento integral da parcela no próximo trimestre.

A COOPEMAPI, cuja operação previa pagamento integral ao final do prazo de 12 meses, teve seus recebimentos afetados por ajustes em sua dinâmica operacional e por fatores externos, incluindo as recentes oscilações regulatórias europeias envolvendo o mel brasileiro e atrasos logísticos nas exportações a partir do Porto de Santos. A gestão está em tratativas com a cooperativa para estruturar um fluxo de pagamentos factível para os próximos meses.

A Matrunita, por sua vez, teve sua operação impactada pelo ritmo de desenvolvimento do mercado europeu de mel envasado conduzido por seu offtaker, que ainda não se concretizou conforme o previsto. A gestão está em tratativas com as partes envolvidas para definir o melhor encaminhamento da operação.

As renegociações fazem parte da dinâmica do perfil das organizações financiadas pelo Fundo, que operam em cadeias sujeitas a variações ecológicas, comerciais, logísticas e regulatórias e, por apresentarem margens mais estreitas, estruturas de gestão financeira ainda em desenvolvimento e acesso limitado a crédito, podem sentir essas oscilações de forma mais imediata. Essa leitura é consistente com as referências obtidas pelo Fundo junto a organizações que administram carteiras de perfil semelhante, nas quais índices de renegociação entre 25% e 30% do portfólio são recorrentes e, em sua maioria, resultam no pagamento integral dos financiamentos ao longo do tempo.



Independentemente disso, os aprendizados do período foram incorporados ao processo de diligência e à estruturação das novas operações. O crédito passa a ser dimensionado com uma margem maior para variações no fluxo de caixa, e os cronogramas passam a considerar prazos mais extensos quando o uso dos recursos envolve a implementação de capex ou o desenvolvimento de um novo mercado. A originação seletiva conduzida no período faz parte dessa transição, e a retomada dos desembolsos ocorrerá com base nesses novos critérios. O acompanhamento próximo das operações e a qualidade da relação com as investidas permanecem igualmente centrais para antecipar dificuldades, conduzir eventuais ajustes e preservar o recebimento dos recursos ao longo do tempo.



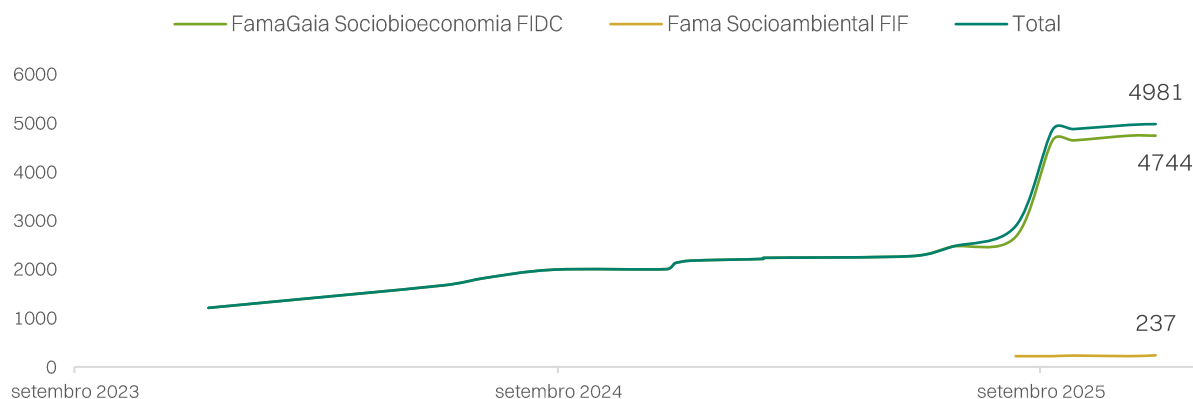
Resultados Socioambientais

Conforme reportado no trimestre anterior, o último dado consolidado de impacto direto do portfólio é de 4.744 pessoas. Dentro do novo processo de monitoramento e avaliação de impacto, estamos revisitando os dados junto às organizações investidas para atualizá-los com as informações mais recentes, as quais serão atualizadas no próximo trimestre. Já a distribuição por bioma, reflete os repagamentos ocorridos no semestre, que alteraram os pesos relativos das organizações.

Considerando o mesmo conjunto dos investimentos realizados nas 14 organizações da sociobioeconomia, a taxa de juros média aplicada aos tomadores de crédito permanece significativamente inferior às taxas praticadas pelo mercado para operações de mesma natureza, com diferença de aproximadamente 18 p.p., conforme dados do Banco Central.

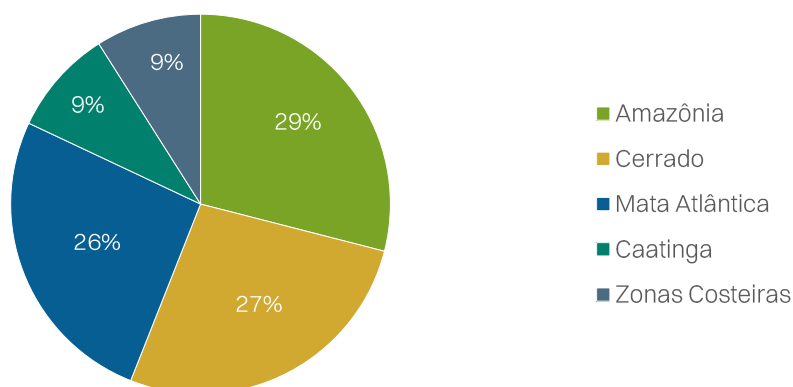


Evolução do número de pessoas impactadas pelo portfólio



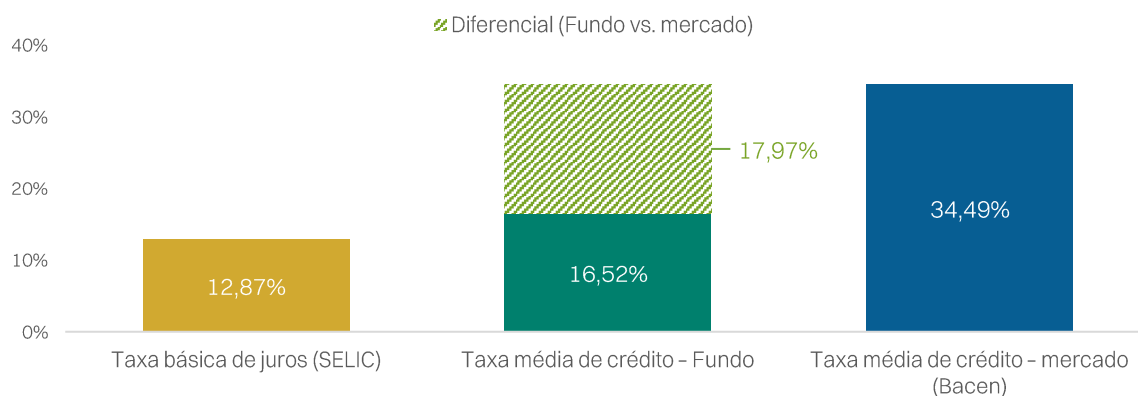
Dados cumulativos atualizados de acordo com as informações mais recentes enviadas pelos projetos financiados.

Distribuição da Carteira por Bioma e Ecossistemas



Distribuição da carteira por bioma e ecossistemas ao final do 2T26, porcentagem (%) do saldo devedor.

Comparativo das taxas de crédito (a.a.)



Média ponderada (a.a.): taxa de juros média e de referência considerando o momento de emissão do crédito.



Um Giro pelo Trimestre

O segundo trimestre de 2026 combinou movimentos regulatórios relevantes no plano internacional, uma agenda intensa de eventos do ecossistema de sociobioeconomia e avanços internos na estrutura de originação e gestão do Fundo.

No plano regulatório, a União Europeia excluiu o Brasil da lista de países autorizados a exportar determinados produtos de origem animal ao bloco, incluindo o mel, com vigência prevista para setembro de 2026. A medida, que deve ainda ser revista antes de sua efetivação, está associada às exigências europeias sobre uso de antimicrobianos e rastreabilidade das cadeias produtivas e afeta diretamente cadeias exportadoras da sociobioeconomia, incluindo organizações do portfólio. Tais impactos ilustram como decisões exógenas aos projetos podem se materializar em risco comercial e financeiro na ponta, exigindo estruturas financeiras adaptáveis e relações próximas com os territórios.

Em maio, a gestora participou do Bioeconomy Amazon Summit, em Belém, que reuniu empreendedores, investidores, pesquisadores e comunidades tradicionais em torno da agenda de inovação em bioeconomia. Entre as percepções que trouxemos do evento, destaca-se a integração crescente entre a pauta de restauração e o papel de pequenos e médios viveiros e grupos de coleta de sementes nessa cadeia em expansão. Este é um dos mercados em que o Fundo vem aprofundando seu conhecimento, na convicção de que o crédito precisa viabilizar uma maior integração desses atores para que a restauração seja também um caminho de redução de desigualdades, além de conservação.

No mesmo período, a Naturaltech, realizada anualmente em São Paulo, apresentou uma presença expressiva de produtos da sociobioeconomia, sinalizando o avanço dessas cadeias nos mercados de consumo e demonstrando a enorme oportunidade de financiamento não atendida para estas organizações.



A vertical de sociobioeconomia também ampliou sua presença no debate público. A gestora participou do programa Cabeça de Gestor, do Broadcast, em discussão sobre como, mesmo diante de recuos regulatórios e de um ambiente macroeconômico desafiador, a incorporação dos riscos climáticos às decisões de investimento deve seguir avançando. Além disso, foi publicado no Valor Econômico um artigo em coautoria da líder do fundo Andrea Alvares com Francisco Vicente, Co-CEO da Yunus Negócios Sociais, sobre como a colaboração entre investidores, gestores, fundações, bancos de desenvolvimento e negócios de impacto pode ampliar o fluxo de capital para as transformações estruturais necessárias à construção de uma economia mais resiliente. O artigo pode ser acessado neste [link](#).

Internamente, o trimestre foi dedicado a revisitar os processos de diligência e monitoramento. O período concentrou investimentos nessa infraestrutura de análise: o desenvolvimento de um sistema proprietário de gestão de pipeline, a reformulação dos instrumentos de captação e análise inicial de propostas e a implementação de uma metodologia estruturada de avaliação de impacto, que passa a orientar a seleção e o acompanhamento dos projetos. Os aprendizados dos processos recentes de renegociação também foram incorporados aos critérios de estruturação das futuras operações, refinando a capacidade do Fundo de desenhar estruturas financeiras adaptadas aos ciclos produtivos de seus beneficiários.

Essa estrutura já opera em ritmo acelerado com um pipeline de mais de 30 projetos em diferentes estágios de análise dos quais, sete se encontram em estágio avançado de diligência. O Fundo segue, assim, com processos mais integrados, maior capacidade analítica e uma originação progressivamente mais alinhada à sua tese, mantendo o compromisso de oferecer crédito justo para quem protege os biomas brasileiros.



Projetos Investidos

Nome	Bioma	Cadeia	Descrição	Uso dos Recursos	Status
Amazonbai 	Amazônia	Açaí	Cooperativa de comunidades tradicionais do Arquipélago do Bailique, com agroindústria própria.	Capital de giro	Inadimplente
Cacauway 	Amazônia	Cacau	Cooperativa pioneira na verticalização da cadeia do chocolate na Amazônia, com fábrica própria e parceria com comunidades indígenas e mulheres da Transamazônica.	Capital de giro	Adimplente
CCampo 	Amazônia	Polpas e mandioca	Cooperativa agrícola do oeste do Pará com processamento de polpas de frutas, derivados de mandioca e hortifruti, abastecendo programas públicos de alimentação.	Capital de giro	Adimplente
Ciranda Ecológica 	Mata Atlântica	Restauração ecológica	Empresa de restauração ecológica, sistemas agroflorestais e produção de mudas nativas no Vale do Paraíba, trabalhando com grupos de coletores de sementes da região.	Capital de giro	Adimplente
Comaru 	Amazônia	Castanha	Cooperativa extrativista com mais de 30 anos, atuando na extração e beneficiamento de castanha.	Capital de giro	Inadimplente
COOSAFRA 	Amazônia	Fruticultura	Cooperativa de agricultores assentados, com produção e agroindústria de abacaxi e outras frutas.	Capital de giro e equipamentos	Renegociado adimplente
COOPEMAPI 	Cerrado	Mel orgânico	Cooperativa de apicultores familiares do norte de Minas.	Capital de giro	Inadimplente



Nome	Bioma	Cadeia	Descrição	Uso dos Recursos	Status
Cooperpesca Artesanal 	Zona Costeira	Pesca artesanal	Cooperativa de pescadores artesanais de comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e Guarani Mbya, com unidade própria de processamento de pescado.	Capital de giro e equipamentos	Adimplente
CRA Conexsus 	Multibioma	Multiproduto	CRA que pulveriza recursos entre dezenas de organizações comunitárias da sociobioeconomia e sistemas agroflorestais em cinco biomas brasileiros.	Financiamento de negócios comunitários e SAFs	Concluído
CRA Tabôa 	Mata Atlântica e Amazônia	Cacau	CRA que financia crédito rural customizado para agricultores familiares do cacau, com assistência técnica continuada.	Fortalecimento da agricultura familiar do cacau	Adimplente
Matrunita 	Caatinga	Mel orgânico	Parceria que conecta apicultores familiares do NE brasileiro à exportação de mel orgânico certificado para a Europa e EUA.	Capital de giro	Inadimplente
Fernandes 	Mata Atlântica	Poejo	familiar pioneira no cultivo orgânico de poejo, atuando em todo o ciclo produtivo, da muda ao beneficiamento do óleo essencial.	Ampliação da fábrica e custeio da produção	Adimplente
Floryá 	Cerrado	Multiproduto	Primeira cooperativa de agricultoras familiares do estado, liderada por mulheres, comercializando hortifruti, mel e produtos típicos do Cerrado.	Capital de giro e desenvolvimento de marca própria	Adimplente
Unicafes MG 	Mata Atlântica e Cerrado	Multiproduto	Federação de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, apoiando a organização produtiva, distribuição e acesso a mercados institucionais de milhares de agricultores.	Capital de giro	Adimplente



As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. É fundamental a leitura do regulamento dos fundos antes de qualquer decisão de investimento. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Nenhum fundo conta com garantia da instituição administradora, da gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Para obtenção do Regulamento, Histórico de Performance, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato com a fama re.capital ou com a Administradora do fundo. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses.

